

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PAULA GARCIA SOUZA

AUDITORIA DE GESTÃO COM FOCO NO DESEMPENHO DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO CENTRO-OESTE:
UM ESTUDO MULTICASO

DOURADOS/MS

2018

PAULA GARCIA SOUZA

**AUDITORIA DE GESTÃO COM FOCO NO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO CENTRO-OESTE: UM ESTUDO
MULTICASO**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Maria
Aparecida Farias de Souza Nogueira

Banca Examinadora:

Professor Me. Juarez Marques Alves

Professora Me. Glenda de Almeida Soprane

Dourados/MS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S729a Souza, Paula Garcia

AUDITORIA DE GESTÃO COM FOCO NO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO CENTRO-OESTE: UM ESTUDO MULTICASO [recurso eletrônico] / Paula Garcia Souza. -- 2018.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Profª Drª Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira.

TCC (Graduação em Ciências Contábeis) -Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Auditoria de Gestão. 2. Instituições Públicas. 3. Universidades Federais. 4. Indicadores de Desempenho. I. Nogueira, Profª Drª Maria Aparecida Farias De Souza. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte

**AUDITORIA DE GESTÃO COM FOCO NO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO CENTRO-OESTE: UM ESTUDO
MULTICASO**

PAULA GARCIA SOUZA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Professora Dr^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Avaliador(a)

Professor Me. Juarez Marques Alves

Avaliador(a)

Professora Me. Glenda de Almeida Soprane

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter iluminado meu caminho e ter me dado saúde e capacidade nesses quatro anos de curso.

A minha família por torcerem pelo meu sucesso e me ampararem em todos os momentos, em especial ao meu esposo Volmir e minha filha Bianca pelo incentivo em vários momentos que me fizeram continuar, pelo carinho, compreensão, paciência e a pela ajuda com as tarefas cotidianas. A minha mãe Marina pelas orações, palavras de incentivo e pelo amor em todas as etapas da minha vida. A minha irmã Juliana pelo apoio sempre que precisei. Obrigado por tudo que fizeram e fazem por mim, sem vocês teria sido mais difícil.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica e profissional e pelos conhecimentos passados ao longo da graduação. Em especial a minha orientadora Prof^a. Doutora Maria Aparecida pelo seu tempo dedicado a orientar-me e pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço aos meus colegas de curso pelo companheirismo, sem vocês não teria sido tão divertido, em especial as minhas colegas e amigas Keli e Thaís que não mediram esforços para me ajudar sempre que tive dúvidas nas atividades e conteúdo. E aos demais colegas que contribuíram de alguma forma para a conclusão dessa etapa na minha vida, tornando esse sonho possível.

RESUMO

A Auditoria de Gestão fornece uma análise profunda da empresa ou organismo auditado. Com isso, torna-se uma importante aliada no que tange à geração de informações e fiscalização dos controles internos das instituições. Na administração pública busca-se a melhor forma de aplicação dos recursos por parte dos administradores, atendendo às necessidades da sociedade. O objetivo geral deste trabalho foi realizar um estudo de auditoria de gestão no desempenho operacional das Universidades Públicas Federais da Região Centro-Oeste. A pesquisa teve caráter exploratório, descritiva e foi caracterizada como estudo de caso e análise documental. O estudo utilizou a amostra das 5 (cinco) Universidades Federais que compõe a região Centro-Oeste (UFMT, UFG, UFMS, UFGD e UNB). Para tanto foi utilizada a metodologia do TCU para a análise dos indicadores de Graduação e Pós-Graduação, nos períodos de 2016 e 2017. Através da aplicação desta metodologia destacou-se os seguintes resultados: a Universidade Federal de Brasília (UNB) com os melhores indicadores nos quesitos de menor custo corrente, maior percentual de Taxa de Sucesso de Graduação, maior grau de envolvimento discente com Pós-Graduação e melhor índice do conceito CAPES. Destacou-se também a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com o maior custo corrente (com HU e sem HU), menor grau de Participação Estudantil e melhor Índice de Qualificação do Corpo Docente no primeiro ano e segundo melhor no ano posterior. A Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), apresentou os menores indicadores que medem a relação entre número de funcionários e professores equivalentes (com e sem HU).

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria de Gestão; Instituições Públicas; Universidades Federais; Indicadores de Desempenho.

ABSTRACT

The Management Audit provides an in-depth analysis of the audited company or organization. With this, it becomes an important ally in what concerns to the generation of information and inspection of the internal controls of the institutions. In the public administration the best way of applying the resources by the administrators is sought, attending to the needs of the society. The overall objective of this work was to conduct a management audit study on the operational performance of the Federal Public Universities of the Central-West Region. The research was exploratory, descriptive and was characterized as a case study and documentary analysis. The study used the sample of five (5) Federal Universities that make up the Central-West region (UFMT, UFG, UFMS, UFGD and UNB). For this purpose, the TCU methodology was used for the analysis of the Graduation and Post-Graduation indicators, in the periods of 2016 and 2017. Through the application of this methodology the following results were highlighted: the Federal University of Brasília (UNB) with the best indicators in lower current cost, higher percentage of Graduation Success Rate, higher degree of student involvement with Post Graduation and better index of the CAPES concept. The Federal University of Grande Dourados (UFGD) was also highlighted, with the highest current cost (with HU and without HU), lower degree of Student Participation, and better Teacher Qualification Index in the first year and second best in the following year. The Federal University of Mato Grosso (UFMT) presented the smallest indicators that measure the relationship between the number of employees and equivalent teachers (with and without HU).

KEYWORDS: Management Audit; Public Institutions; Federal Universities; Performance indicators.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Indicadores de Desempenho das IFES.....	25
Quadro 02- Fórmula 01: Cálculo do Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente.....	26
Quadro 03 - Fórmula 02: Cálculo do Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente.....	27
Quadro 04- Fórmula 03: Cálculo do número de Alunos Equivalentes da Graduação.....	28
Quadro 05-Fórmula 04: Cálculo do número de Alunos da Graduação em Tempo Integral.	28
Quadro 06- Fórmula 05: Cálculo do número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral.....	29
Quadro 07 - Fórmula 06: Cálculo do número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral.....	29
Quadro 08 -Fórmula 07: Cálculo de Aluno Tempo Integral e Professor Equivalente.....	31
Quadro 09 -Fórmula 08 e 09: cálculo do Aluno Tempo Integral por Funcionário Equivalente com e sem HU.....	32
Quadro 10 - Fórmulas 10 e 11: Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente com e sem HU.....	34
Quadro 11 - Fórmula 12: Cálculo do Grau de Participação Estudantil.....	35
Quadro 12-Fórmula 13: Cálculo do Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação.....	36
Quadro 13 - Fórmula 14: Cálculo do Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação.....	37
Quadro 14 - Fórmula 15: Cálculo do Índice de Qualificação do Corpo Docente.....	38
Quadro 15 - Fórmula 16: Cálculo da Taxa de Sucesso na Graduação.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Custo Corrente / Aluno Equivalente – com e sem HU- 2016.....	30
Tabela 02 – Custo Corrente / Aluno Equivalente – com e sem HU- 2017.....	30
Tabela 03 – Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente – 2016.....	32
Tabela 04 – Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente – 2017.....	32
Tabela 05 – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente – 2016.....	33
Tabela 06 – Aluno Tempo Integral / Funcionário equivalente – 2017.....	33
Tabela 07 –Funcionário Equivalente / Professor Equivalente com e sem HU – 2016.....	34
Tabela 08 –Funcionário Equivalente / Professor Equivalente com e sem HU – 2017.....	35
Tabela 09 –Indicador de Grau de Participação Estudantil – 2016.....	35
Tabela 10 –Indicador de Grau de Participação Estudantil – 2017.....	36
Tabela 11 –Grau de Envolvimento com Pós-Graduação – 2016.....	36
Tabela 12 –Grau de Envolvimento com Pós-Graduação – 2017.....	37
Tabela 13 –Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação – 2016	38
Tabela 14 –Conceito Capes/MEC para Pós-Graduação – 2017.....	38
Tabela 15 –Índice de Qualificação do Corpo Docente – 2016.....	39
Tabela 16 – Índice de Qualificação do Corpo Docente – 2017.....	39
Tabela 17 – Indicador de Taxa de Sucesso na Graduação – 2016.....	40
Tabela 18 – Indicador de Taxa de Sucesso na Graduação – 2017.....	40
Tabela 19 – Resumo dos Indicadores do TCU – 2016.....	41
Tabela 20 – Resumo dos Indicadores do TCU – 2017.....	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.3 Objetivos Específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DE AUDITORIA.....	13
2.1.2 Aspectos conceituais de Auditoria.....	14
2.2.3 Tipos de Auditoria.....	14
2.2 AUDITORIA PÚBLICA.....	15
2.3 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.....	16
2.4 AUDITORIA DE GESTÃO.....	17
2.4.1 Indicadores de Desempenho.....	18
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	22
3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	22
3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	24
3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
4.1 CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE.....	26
4.2 ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE.....	30
4.3 ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE.....	32
4.4 FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE / PROFESSOR EQUIVALENTE.....	34
4.5 GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE).....	35
4.6 GRAU DE ENVOLVIMENTO COM PÓS-GRADUAÇÃO (GEPG).....	36
4.7 CONCEITO CAPES//MEC PARA PÓS-GRADUAÇÃO.....	37
4.8 ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DE CORPO DOCENTE (IQCD).....	38
4.9 TAXA DE SUCESSO DE GRADUAÇÃO (TSG).....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXO-A.....	48

INTRODUÇÃO

No cenário turbulento pelo qual o Brasil passa, tanto na política como na economia, há a necessidade, principalmente nas instituições públicas, que passam por épocas de crescente corrupção, a utilização de ferramentas que venham auxiliar na gestão, distribuição e aplicações dos recursos de maneira correta e mais eficiente.

De acordo com, (BIAZZI, 2007, p.16), “ao longo das últimas décadas, o setor público de um modo geral viu-se sob maior pressão para melhorar seu desempenho e demonstrar maior transparência e avaliação de resultados ou *accountability*”. Diante deste contexto, a Auditoria de Gestão é uma importante aliada no que tange à geração de informações e fiscalização dos controles internos dessas instituições.

A Auditoria de Gestão fornece uma análise profunda da empresa ou organismo auditor e, o mais importante, determina a aptidão da equipe, incluindo uma avaliação individual de cada executivo e sua adequação à estratégia da organização (GRATERON, 1999, p.01).

Na Auditoria de Gestão pública não é diferente quando se trata de administração de recursos públicos, pois visa-se o bem-comum, ou seja, a melhor forma de aplicação dos recursos por parte dos administradores, atendendo às necessidades da sociedade. De acordo com Lima e Castro (2009, p. 85), a auditoria no setor público “consiste numa ferramenta de controle do Estado para melhor aplicação de seus recursos, visando corrigir desperdício, improbidade, negligência e omissão”.

Peter e Machado (2014), enfatizam que a finalidade da Auditoria Governamental é confirmar a veracidade e qualificar os resultados, em relação à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas unidades de administração direta e suas entidades supervisionadas na Administração Pública.

As Instituições Públicas abrangem as pessoas jurídicas de direito público, assim como a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, bem como entidades vinculadas como Autarquias, Fundações públicas, Empresas e Sociedades de Economia Mista.

No que se refere as Fundações, Peter e Machado (2014, p.10). citam que, “as fundações começam sua existência legal a partir da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, com a autorização ou aprovação do Poder Executivo”. Os autores ressaltam ainda que, geralmente, as fundações objetivam o ensino, pesquisa e assistência social e sua personalidade jurídica podem ser de direito público ou privado.

Quando instituídas pelo poder público o seu patrimônio será parcial ou totalmente público. No que tange as instituições de ensino, essas podem ser de ensino regular ou superior. As instituições de ensino superior, por sua vez, podem ser divididas em categorias: as federais, ligadas ao Ministério da Educação, das quais fazem parte as Universidades Federais (UFs), as estaduais, ligadas aos governos de cada Estado e as municipais, que são criadas ou transformadas por lei municipal.

As Universidades Federais brasileiras têm alcançado um número maior de cursos e, conseqüentemente, de acadêmicos nos últimos anos. Com isso, é necessário que a qualidade do ensino superior oferecido por elas seja constantemente avaliada. Segundo Hoffmann et. al. (2014, p.653) define a avaliação como, “um instrumento de controle e melhoria de desempenho, no que condiz às Instituições de Educação Superior”.

Para auxiliar essa avaliação pode se utilizar as informações contidas nos Relatórios de Gestão, fornecidos pela auditoria interna das instituições, uma vez que estes são dispositivos de prestação de contas os quais abordam o desempenho operacional.

Os Relatórios de Gestão possuem um conjunto de indicadores de desempenho. De acordo com o boletim *Técnicas de Indicadores de Desempenho para auditorias* (BRASIL,2011, p. 08), “indicador de desempenho é um número, percentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho, com o objetivo de comparar esta medida com metas preestabelecidas”.

Neste sentido, Martins (2004, p.1) apud Zanin (2014, p.74) complementa ainda que, “os indicadores são ferramentas centrais por permitirem um acompanhamento das principais variáveis de interesse das empresas e por possibilitar o planejamento de ações visando melhorias do desempenho”. Existem diversas tipologias de indicadores de desempenho. De acordo com Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) (BRASIL, 2010 p.11), as principais dimensões de desempenho são economicidade, eficácia, eficiência e efetividade.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Estudos envolvendo investimentos e desempenho nas Universidades tem sido desenvolvido por vários autores, como o de Klann, et al. (2012), que trata das formas de avaliação de desempenho utilizadas por instituições do ensino superior de Santa Catarina, vinculadas ao Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), consideradas como entidades sem fins lucrativos. O foco de estudo foi identificar de que

forma as instituições avaliam seu desempenho e qual o grau de utilização dos indicadores. Os resultados encontrados mostram que tais instituições avaliam seu desempenho com base principalmente em indicadores relativos à rentabilidade, ao faturamento, aos investimentos e à retenção de clientes. Os autores concluíram que as instituições analisadas, de maneira geral, avaliam o seu desempenho, utilizando-se de indicadores financeiros e não financeiros neste caso, baseado principalmente na mensalidade paga pelos alunos.

Machado, Serra e Gomes (2017), abordaram em seu estudo as funções do departamento de auditoria interna (AI) nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) de Portugal. Buscaram com este estudo demonstrar o funcionamento dos departamentos de AI das IPES. Trouxeram uma abordagem da temática da AI nas IPES, analisando o departamento de AI e o perfil do auditor interno.

A ideia dos autores deste estudo foi mostrar a importância da auditoria interna dentro destas instituições como instrumento ao serviço da gestão e estar consciente da rentabilidade e economicidade que um serviço de AI pode gerar na organização. Em relação ao perfil do auditor interno os autores enfatizam que o auditor deve ter capacidade para ver e analisar além das aparências, identificar insuficiências e problemas e compreender as suas causas e consequências, bem como ser capaz de encontrar soluções. Constituiu a amostra do estudo trinta IPES, das quais onze são universidades e dezenove são politécnicos, que efetuaram suas respostas através de questionário, ministrado online.

Após a aplicação dos questionários, obteve-se uma taxa de resposta de 43% que permitiu chegar aos resultados. Levando em conta que a maioria dos respondentes foram os politécnicos, nomeadamente os SAS. Por este motivo, a generalidade dos respondentes foram instituições de pequena dimensão, considerando o número de alunos.

O estudo de Machado, Serra e Gomes, contribuiu para mostrar que grande parte das IPES portuguesas respondentes não possui um departamento de AI na sua estrutura organizacional e não sabe se está nos planos da instituição criar um, mesmo admitindo a necessidade de criação e a importância da informação que a AI dá à gestão, a maioria delas alegou a falta de meios humanos com formação adequada e de meios técnicos. Constatou-se ainda neste estudo que os politécnicos têm melhores práticas e procedimentos de AI do que as universidades. Os autores concluíram que ainda existe um longo percurso a percorrer para que as IPES e os seus órgãos de gestão estejam sensibilizados para a importância da AI e do seu contributo na análise da economia, eficiência e eficácia das operações da organização, cumprindo, assim, a sua missão como função de apoio à gestão.

Carvalho e Nogueira (2011) desenvolveram um estudo observando o custo médio por aluno equivalente durante toda sua formação, em diferentes Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras nos períodos de 2007 a 2010. O estudo considerou a importância da utilização de novas metodologias na apuração dos custos, para melhor gerenciamento dos recursos destinados às IFES, relacionando a diminuição dos recursos, ligados à crescente demanda por vagas e melhoria da qualidade do ensino. Através da análise, incluindo todos os cursos de graduação das IFES, constatou-se que há uma divergência muito grande dos custos correntes, mas o objetivo do estudo foi alcançado, pois, encontrou-se um custo médio corrente por aluno de R\$ 13.045,85, incluindo as despesas com HU e de R\$ 12.298,37, excluindo as despesas com HU, nos períodos analisados. Foi utilizada a metodologia estipulada pelos acórdãos n°s 1.043 e 2.167 de 2006, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU. A pesquisa contribuiu com informações gerenciais que podem servir de subsídios para selecionar áreas de estudos futuros.

De acordo com as autoras, “esses dados também poderão ser utilizados no monitoramento de ações e resultados das IFES. Espera-se também que os acompanhamentos da evolução desses indicadores possam ser úteis como ferramenta de apoio à necessária autoavaliação institucional.”

Diante desta perspectiva, o estudo pretende responder ao seguinte questionamento: **Como estão os indicadores de Graduação e Pós-Graduação das Universidades Federais do Centro-Oeste, mediante a metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU)?**

1.2 OBJETIVOS

Diante da problemática exposta, formulam-se os objetivos geral e específicos, que buscam auxiliar na resolução do problema.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar os indicadores de Graduação e Pós-Graduação das Universidades Públicas Federais da Região Centro-Oeste, mediante a metodologia do TCU, nos períodos de 2016 e 2017.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Pesquisar os relatórios de gestão das Universidades Públicas Federais da região Centro-Oeste;
- Coletar indicadores do TCU nos períodos de 2016 e 2017;
- Analisar indicadores de Graduação e Pós-Graduação.

1.3 JUSTIFICATIVA

A auditoria tem contribuído na quebra das barreiras impostas na eficácia das informações prestadas pelos administradores de recursos públicos. No que se refere ao papel do auditor, Sá (2000, p.16) descreve que, “os defeitos de um sistema político e social não devem atingir o dever de consciência do profissional que pratica sua tarefa”.

Esses fatos têm despertado o interesse de vários pesquisadores em desenvolver estudos em diversas instituições da área pública, principalmente, no que se refere à avaliação e alocação dos recursos investidos, bem como os resultados remetidos para sociedade. Nessa perspectiva, este trabalho justifica-se pela tentativa de buscar contribuições futuras com a teoria e a prática nesta área.

Considerando que no Brasil, ainda há muito a ser pesquisado sobre a temática, a pesquisa desenvolvida poderá oferecer informações que contribuam para a melhoria do conhecimento acadêmico ou profissional na busca por resultados que agreguem informações no aprimoramento do gerenciamento dos recursos de interesse coletivo, visando melhoria da qualidade e da eficiência nos serviços prestados pelas instituições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico será abordado conceitos teóricos sobre Auditoria, seu campo de atuação, contemplando as Instituições Públicas de Ensino, Universidades Públicas Federais e o Desempenho destas instituições.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AUDITORIA

A Auditoria contábil é uma tecnologia que se utiliza da revisão, da pesquisa, para fins de opinião e orientação sobre situações patrimoniais de empresas e instituições. Sua importância é reconhecida há milênios, desde a antiga Suméria, e posteriormente em países da Europa (SÁ, 2000). Ainda de acordo com o autor, a Revolução Industrial imprimiu novas diretrizes às técnicas contábeis e especialmente às de auditoria, visando atender às necessidades criadas com o aparecimento de grandes empresas.

Para Attie (2011, p.7),

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

Batista (2007) menciona que a auditoria teria surgido em decorrência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, devido ao aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda, através dos resultados apurados em balanços.

No Brasil, conforme citado por Cruz (1997, p.22), “as mais antigas práticas de Auditoria aconteciam, em estágio rudimentar e não convencional, no seio de civilizações indígenas, que adotavam, ao seu modo, o controle do resultado de operações”.

Embora não seja possível definir ao certo qual a data da primeira auditoria no Brasil, Ricardino e Carvalho (2004, p. 24), apud Rosário (2010, p.18), citam como documento comprobatório de realização de auditoria no Brasil um parecer elaborado pela empresa Clarkson & Cross, atual Ernst & Young, em 1902.

Sá (2000, p.22), enfatiza que, “a auditoria passou a ser obrigatória para todas as empresas que, em nosso país, achavam-se com as suas ações colocadas no mercado de capitais e, por conseguinte, com registro de emissão no Banco Central do Brasil”.

2.1.2 Aspectos conceituais de Auditoria

A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado (ATTIE, 2011, p.05). O autor ainda destaca que a auditoria das demonstrações contábeis “visa as informações contidas nessas afirmações, assim é evidente que todos os itens, formas e métodos que as influenciam também estarão sendo examinados”.

No ponto de vista de Sá (2000, p.25):

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

Crepaldi (2009, p.03), por sua vez, define de forma bastante simples auditoria contábil como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Albertoni (2008, p. 15) apud Rosário (2010, p. 19), complementa o conceito explicando que “atualmente, o conceito transcende o enfoque nas demonstrações contábeis, focalizando riscos, ambiente corporativo, práticas empresariais e ambiente socioeconômico regional, nacional e internacional”.

A auditoria, é importante ferramenta que assegura a veracidade da informação, dando suporte à tomada de decisão dos gestores nas empresas. Ela examina as operações empresariais, avalia a legalidade das informações, assim como o desempenho institucional como um todo.

2.1.3 Tipos de Auditoria

Quanto aos tipos, é possível classificar a auditoria como Auditoria das Demonstrações Financeiras e Auditoria Operacional ou Gestão, como define Crepaldi (2009, p. 12):

[...] a Auditoria de Demonstrações Financeiras como o exame das mesmas, por um profissional independente, com a finalidade de emitir parecer técnico sobre sua finalidade; enquanto, a Auditoria Operacional consiste em revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais.

Assim pode se dizer que o propósito da auditoria operacional é medir o grau em que as atividades da entidade estão alcançando seus objetivos. Enquanto que na a auditoria financeira tem o efeito de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras, perante opinião emitida por um profissional habilitado (auditor independente).

Outra classificação dos serviços de auditoria é relativa à forma de intervenção, a qual pode ser: interna ou externa.

No que tange a esta classificação, Crepaldi e Crepaldi (2016, p.69), descreve:

A auditoria interna é facultativa, em função de previsão estatutária, funcionando como instrumento de apoio à gestão e objetivando verificar se o controle interno está em efetivo funcionamento, proferindo o auditor, quando cabível, sugestão para melhora de tais controles internos ou implantação de controles, caso não existam. Constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.

A auditoria externa compreende “o conjunto de procedimentos técnicos que têm por objetivo a emissão de um parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e no que for pertinente, à legislação específica”. O objetivo da auditoria externa é o processo pelo qual o auditor se certifica de que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa. Assim, o principal objetivo é emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis de uma entidade, quanto a sua adequação, consoante os princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade.

De forma simplificada, o que caracteriza uma auditoria é sua relação com o auditor. Caracteriza-se auditoria interna aquela realizada por um funcionário da empresa, enquanto que a auditoria externa deve ser desenvolvida por profissional que não tenha vínculo com a empresa, ou seja, auditor independente.

2.2 AUDITORIA PÚBLICA

A auditoria pública também conhecida como auditoria governamental é voltada para as entidades de responsabilidade do poder público. Como explica Peter e Machado (2014, p. 93), “a auditoria governamental contempla um campo de especialização da auditoria, voltada para a Administração Pública (Direta e Indireta), compreendendo a auditoria interna e externa, envolvendo diretamente o patrimônio ou o interesse público”. Na administração pública direta os órgãos administrativos estão diretamente ligados ao chefe do poder executivo, seja no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Enquanto que a administração

pública indireta se caracteriza por entidades que possuem personalidade jurídica própria, porém são entidades administradas pelo poder público, só que de maneira descentralizada.

No que diz respeito a auditoria, ela pode ser auditoria pública externa, que tem finalidade de contribuir para maior observância dos gastos públicos, assegurar o fiel cumprimento da legislação pertinente, com o objetivo principal que é de prestar contas de forma transparente aos órgãos competentes.

Já a auditoria pública interna, visa o fortalecimento do controle interno da entidade, fornecendo informações que auxiliem a administração no gerenciamento das operações, procedimentos e otimização dos resultados. Entre as divisões da auditoria pública interna está a auditoria operacional ou de gestão, que servirá de base para este estudo. Peter e Machado (2014, p.103) expressam que a auditoria de gestão pública objetiva “emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, a probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do Estado ou a estes confiados”.

2.3 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Pode-se definir como instituição pública àquela criada e mantida pelo poder público (federal, estadual e municipal). São organizações criadas para administrar os recursos de direito público, obedecendo o rigoroso cumprimento das exigências legais. Cabendo aos órgãos de controle essa verificação. Segundo Carvalho e Nogueira (2011), o principal objetivo da administração pública é o interesse público, uma vez que, os atos em relação aos diversos setores existentes são de sua responsabilidade. A aplicação constante e racional dos recursos públicos constitui uma condição fundamental da boa gestão das finanças públicas, bem como, dos objetivos alcançados (MARQUES e ALMEIDA,2004).

No que se refere as Instituições Públicas de Ensino Superior, são instituições que tem como característica principal a gratuidade de matriculas e mensalidades. Fazem parte dessas instituições as Universidades Públicas Federais. Segundo o Art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (BRASIL,1996), define universidades como, “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.” Sendo assim, são instituições que também estão sujeitas ao controle institucional, para que a administração acompanhe o andamento das operações e cumpra seus objetivos e metas.

No tocante ao controle público Peter e Machado (2014), relatam que a administração pública deve observar, constantemente, as ações tomadas pelos responsáveis durante a

gestão, observando a conformidade com legislação adequada, bem como os princípios da administração pública.

De acordo com Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), o relatório do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), na seção “Autonomia e Avaliação, corrobora com a necessidade de avaliação de cursos de graduação, semelhante ao que já ocorria na pós-graduação. A proposta é que haja controle social através de um sistema de avaliação de desempenho onde a gestão seria de competência da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação – MEC, com a colaboração da comunidade acadêmica. O processo deveria ter a capacidade de avaliar o desempenho institucional e a qualidade dos cursos.

2.4 AUDITORIA DE GESTÃO

A auditoria de gestão busca encontrar quais indicadores podem ser utilizados nas instituições, seja elas privadas ou públicas, porém, não existe um modelo padrão que sirva para todas, uma vez que, cada instituição tem suas particularidades. Nas universidades, o que se observa na maioria delas, são os indicadores de desempenho, e entre estes os que melhor possam auxiliar em questões tais como avaliação e alocação de recursos.

Um importante componente do desempenho das universidades está relacionado à disponibilidade de recursos aportados pelo Governo Federal, via Ministério da Educação (MEC) às IFES (SCHWARTZMAN, 1994, p.19).

As técnicas de auditoria utilizadas na medição de desempenho servem para observação de como as instituições estão se saindo em relação a outras similares ou onde precisa de monitoramentos para melhorias de suas funções. Contribuem também para a avaliação dos usuários dessas instituições.

O Benchmarking é uma dessas técnicas utilizadas nos trabalhos de auditoria. Segundo Azevedo (2001, p.46) “o processo de busca constante de novas propostas de métodos, ou adaptações das características para obter o melhor resultado, utilizado pelos japoneses, após a Segunda Guerra Mundial, é definido hoje como benchmarking”.

De acordo com o Brasil (2000, p.07)

O benchmarking pode ser definido como uma técnica voltada para a identificação e implementação de boas práticas de gestão. Seu propósito é determinar, mediante comparações de desempenho e de boas práticas, se é possível aperfeiçoar o trabalho desenvolvido em uma organização. O benchmarking pode ajudar na identificação de oportunidades de melhorar a eficiência e proporcionar economia.

O Benchmarking de Desempenho, geralmente, está relacionado com os aspectos de produtividade, utilização dos recursos e posteriormente, com a qualidade que se espera nos resultados.

De acordo com Azevedo (2001) o Benchmarking age descobrindo as práticas responsáveis pelo alto desempenho, compreendendo como essas práticas são utilizadas, e ajustando a melhor maneira de aplicar na sua organização, o benchmarking permite uma melhoria real. O autor ressalta ainda que, o benchmarking interno geralmente é estruturado para ser aplicado nas empresas que apresentam funções semelhantes e em diferentes unidades da organização.

Brasil (2000, p.09), destaca que, as características do Benchmarking de Desempenho “são uma comparação entre indicadores quantitativos, produtividade, utilização de recursos, custos, eficiência e qualidade”. O autor ainda salienta que, o impacto dessa técnica na organização é identificar diferenças significativas no desempenho, questionando sua existência e incentivando a melhora no padrão de desempenhos considerados inferiores.

2.4.1 Indicadores de Desempenho

Os Indicadores de desempenho na visão de Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011) são considerados como instrumentos de suporte ao processo de avaliação de eficiência de universidades têm sido utilizados em diferentes países. É consensual a dificuldade de se encontrar indicadores que sejam adequados e, efetivamente baseados em métricas isentas de críticas, úteis ao processo de avaliação interna e externa. No entanto, diferentes iniciativas têm trabalhado em propostas de índices de avaliação em diferentes países, o que demonstra a importância que se tem dado à questão.

TCU (2010), complementa que, o uso de indicadores de desempenho para comparar os resultados alcançados pelos gestores é recomendado pelas doutrinas de gerenciamento direcionado para resultados.

Segundo Grateron (1999, p.10):

Os indicadores podem ser classificados de acordo com a natureza; objeto e âmbito: De acordo com a sua natureza, os indicadores são agrupados segundo o critério ou atributo que se procura avaliar ou medir, ou seja, eficiência, eficácia, economia, efetividade, equidade, excelência, cenário, perpetuidade e legalidade.

De acordo com o objeto, os indicadores são agrupados segundo o alvo de medição ou avaliação: indicadores de resultado, indicadores de Processo, indicadores de Estrutura e indicadores estratégicos.

De acordo com o âmbito de atuação, os indicadores são internos: consideram variáveis de funcionamento interno ou da entidade ou organização; e externos: consideram o efeito ou impacto, fora da entidade, das atividades e serviços prestados.

Existe uma variedade de indicadores, e sua utilização está relacionada com o objetivo do desempenho. Diferentes estudos demonstram diversos exemplos de indicadores de desempenho para mensuração nas UFs, como: Indicadores de desempenho financeiro, Indicadores de ensino acadêmico e qualidade da pesquisa, Indicadores de desempenho econômico, Indicadores de resultado, entre outros.

Em 1993, foi criado o Programa das Universidades Brasileiras (PAIUB) que trouxe uma proposta de avaliação a nível nacional, na qual evidencia, entre outros elementos, os indicadores de avaliação. O Programa ressalta a necessidade de eficiência no financiamento e de prestação de contas aos financiadores (*accoutability*). O documento do PAIUB dá relevância a necessidade de articular a avaliação interno com a externa e ainda dos aspectos qualitativos e quantitativos em ambas, como também a natureza contínua e sistemática no regime de avaliação.

Nesse contexto o Tribunal de Contas da União (TCU), juntamente com a Secretaria Federal de Controle Interno e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), desenvolveram um conjunto de indicadores de gestão que até 2018, são instrumentos que servem de suporte à avaliação institucional. O TCU é um tribunal administrativo e o órgão competente no julgamento das contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais. Trata-se de um órgão autônomo e independente cuja missão principal é a de promover a defesa da ordem jurídica.

A Decisão TCU de N° 408/2002- Plenário, é um documento que fornece informações sobre as origens, a forma de apuração e as finalidades dos indicadores de desempenho que foram fixados por esta decisão e que passaram a ser incluídos nos Relatórios de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a partir do ano 2000. Sendo assim, todas as variáveis, bem como as fórmulas para cálculo dos indicadores de desempenho, estão disponíveis nas Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão - Decisão n° 408/2002-plenário.

Em relação aos componentes dos **Indicadores de Graduação**, segundo a metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme Decisão TCU N° 408/2002 – Plenário, podem ser do tipo:

- **Número de Professores Equivalentes:** Engloba professores em efetivo exercício no ensino superior, professores substitutos e visitantes (-) Professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício.

- **Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG):** Este indicador considera os alunos com inscrição formal em curso presencial da graduação e cursando pelo menos 1 disciplina (também somente projeto final ou monografia).

- **Número de Alunos Equivalentes na Graduação (AGE):** Considera todos os alunos regularmente matriculados na graduação.

- **Número de Alunos na Graduação em Tempo Integral (AGTI):** Considera alunos de todos os cursos, o número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso, duração padrão do curso, número de alunos que ingressam, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

- **Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente:** Este indicador expressa o número médio de alunos atendidos por professor.

- **Grau de Participação Estudantil (GPE):** O GPE expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da Universidade e a velocidade de integralização curricular e representa a relação entre os alunos em tempo integral e o total de matriculados nos cursos de graduação.

- **Taxa de Sucesso na Graduação (TSG):** Este indicador demonstra a relação entre o número de diplomados e o número total de ingressantes.

- **Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD):** Esse indicador mede a qualidade do corpo docente, com valor máximo de 5, denotando o caso de uma IFES na qual todos os docentes são doutores.

- **Alunos de Residência Médica (AR):** Considera todos os alunos matriculados em residência médica, ou seja, todos os alunos que desenvolvem a forma de pós-graduação destinada a médicos, realizadas em instituições credenciadas pelo MEC e sob instrução de profissionais médicos altamente capacitados.

- **Número de Alunos Tempo Integral de Residência Médica (ARTI):** Engloba os alunos classificados no item AGTI e o indicador anterior.

Os indicadores que compõe a **Pós-Graduação**, de acordo com a metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), podem ser do tipo:

- Total de **Alunos na Pós-graduação** stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (**APG**): Este indicador contempla o total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação de mestrado, doutorado e alunos de residência médica.

- **Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI):** considera o número de alunos em tempo integral de Pós-Graduação e número de alunos de residência

médica. Para o cálculo de alunos tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência médica devem ser computados com peso dois.

- **Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG):** indica a participação dos alunos dos cursos de pós-graduação nas UFs, permitindo verificar a evolução da pesquisa nas universidades ao longo do tempo.

- **Conceito Capes /MEC para a Pós-Graduação:** Consiste na verificação da qualidade dos cursos *stricto sensu*, calcula-se a média das notas de avaliação realizada pela Capes de todos os cursos de mestrado e doutorado.

- **Índice de qualificação do Corpo Docente (IQCD):** mede a qualidade do corpo docente, quando há tendência ao aumento, indica que houve maior investimento.

Existe uma variedade de indicadores. Diante disso, vale ressaltar que, os indicadores apresentados são apenas alguns entre os muitos indicadores utilizados pelas IFEs em sua gestão universitária.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é a fase da pesquisa que descreve o conjunto de procedimentos e caminhos a serem percorrido para se realizar uma pesquisa e chegar nos resultados esperados. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 126), “o método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se deve empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa”.

O foco da presente pesquisa são os indicadores de resultado das UFs. Quanto ao âmbito de atuação dos indicadores, será âmbito interno, pois, se restringe à análise das variáveis internas de graduação e pós-graduação das instituições, conforme Decisão do TCU Nº 408/2002- Plenário.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa tem caráter exploratório e descritiva e foi desenvolvida através de análise de indicadores de desempenho, presentes nos relatórios de gestão das universidades federais do Centro-Oeste brasileiro. De acordo com Gil (2002, p. 41), “a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Por sua vez, as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2002, p. 42.).

Desta forma a presente pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso (multicaso), pois fazem parte da amostra as 5 (cinco) universidades federais da região Centro-Oeste do Brasil. Estudo de caso é uma investigação empírica que procura um fato atual inserido no contexto da vida, com o propósito de esclarecer os limites entre o fenômeno e o contexto (YIN, 2001). Serão analisados os indicadores de desempenho de graduação e pós-graduação dentro dos relatórios de gestão, disponíveis nos portais *online* das Instituições. Foi considerado no presente estudo a relação entre os recursos investidos e os resultados gerados a partir destes.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA:

Compõem a amostra do estudo as 5 (cinco) universidades federais localizadas na Região Centro Oeste brasileira, das quais fazem parte as seguintes instituições:

- Universidade Federal de Brasília (UNB), localizada em Brasília -DF. Foi inaugurada, em 21 de abril de 1962, dois anos após a criação de Brasília. A construção do campus nasceu da ideia do antropólogo Darcy Ribeiro que definiu as bases da instituição e do educador Anísio

Teixeira que planejou o modelo pedagógico. Juntou-se a eles nessa conquista o arquiteto Oscar Niemeyer que transformou as ideias em prédios. Hoje ela possui 4 (quatro) campus, além do campus principal citado acima, foi inaugurada em 2006 a Faculdade UnB Planaltina (FUP), a primeira fora do Plano Piloto. Dois anos depois, as faculdades de Ceilândia(FCE) e do Gama (FGA) passaram a receber seus estudantes, professores e técnicos.

- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), foi criada em 10 de dezembro de 1970 pela Lei nº 5.647. Resultou da fusão de duas instituições: a Faculdade de Direito, que existia desde 1934, e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, que surgiu em 1966. Seu campus principal está localizado em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, sendo a única universidade federal do Estado. Atualmente possui 6 (seis) campus dentro do Estado (Cuiabá, Araguaia, Rondonópolis, Sinop, Várzea Grande e o Hospital Universitário Júlio Muller).

- Universidade Federal de Goiás (UFG), foi criada no dia 14 de dezembro de 1960 com a reunião de cinco escolas superiores que existiam em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. É a maior universidade do Estado de Goiás e considerada uma das melhores da região Centro Oeste. Seu campus principal está localizado em Goiânia, capital do Estado. Possui hoje quatro regionais (Goiás, Goiânia, Catalão e Jataí). Implantou recentemente, um novo campus na região de Goiânia, localizado em Aparecida de Goiânia.

- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), criada em 5 de julho de 1979, após a divisão do Estado de Mato Grosso. A partir daí foi concretizada a federalização da instituição. Seu campus principal fica na capital Campo Grande, além da sede possui outros 9 (nove) campus por todo o Estado (Aquidauana, Chapadão do Sul, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Corumbá, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas).

- Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), criada em 2005 com o desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Devido a necessidade de promover a ampliação das instalações, para atender à imensa demanda da região por ensino superior. A UFGD está localizada no município de Dourados-MS, apesar de ser uma instituição relativamente nova, possui 34 cursos de graduação, cursos de pós-graduação (ambos presenciais e a distância) e um Hospital Universitário.

Dentro dos relatórios das instituições serão analisados os indicadores de desempenho de graduação e pós-graduação, correspondentes aos anos de 2016 e 2017, considerando os índices totais por universidade.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Este tópico trata das técnicas utilizadas para obter o levantamento das informações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa. O levantamento dos dados para este estudo será feito por meio de pesquisa documental. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental caracteriza-se pela fonte de coleta de dados, que se restringe a documentos, podendo ser escritos ou não, compostos de fontes denominadas primárias. Complementando o conceito de pesquisa documental, Gil (2002, p. 45) acrescenta que, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Neste estudo serão utilizados documentos oficiais (relatórios de gestão) das universidades que compõe a amostra. Estes relatórios estão disponíveis nos portais *online* das universidades. Fazem parte desses relatórios os indicadores de desempenho operacional, dos quais, serão retirados dados estatísticos relativos aos indicadores de graduação e pós-graduação, conforme Decisão do TCU Nº 408/2002- Plenário, para serem analisados.

A Decisão TCU 408/2002 determinou que a partir do exercício de 2002 as IFES informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores operacionais que possibilitasse a avaliação do desempenho operacional da instituição pelo Tribunal.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos dados estatísticos que compõem os indicadores de graduação e pós-graduação, foram desenvolvidas planilhas no programa Excel.

As análises foram efetuadas comparando-se os dados dos indicadores obtidos por cada universidade nos quesitos de desempenho constante em seus relatórios, ou seja, a análise das variáveis internas de graduação e pós-graduação das instituições. (Por ex.: Número de Professores Equivalentes, Número de Alunos Equivalentes na Graduação (AGE), Grau de Participação Estudantil (GPE), Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), Alunos de Residência Médica (AR), Número de Alunos Tempo Integral de Residência Médica (ARTI), Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI), Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG), Conceito Capes /MEC para a Pós-Graduação, entre outros.) e depois compará-las entre si, por meio de cálculo de médias ou percentuais. Foram criados gráficos ou tabelas para melhor visualizar os novos indicadores obtidos, em cada quesito.

Esses indicadores do TCU, objetos da Decisão TCU 408/2002, cuja foi atualizada pelos acórdãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006 que estabelecem a obrigatoriedade das IFES divulgarem nove indicadores de desempenho a seguir comentados, estão contidos no Quadro 01:

INDICADORES - DECISÃO TCU Nº 408/2002 - P	
1	Custo Corrente com HU /Aluno Equivalente
	Custo Corrente sem HU /Aluno Equivalente
2	Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente
3	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU
	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU
4	Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente
	Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente
5	Grau de Participação Estudantil (GPE)
6	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)
7	Conceito CAPES / MEC para Pós-Graduação
8	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)
9	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Quadro 01: Indicadores de Desempenho das IFES.

Fonte: Adaptado do TCU (2016, p.7)

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, serão contemplados os resultados das coletas realizadas nos Relatórios de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Centro-Oeste, objetos de estudo desta pesquisa, em relação aos exercícios de 2016 e 2017. Cabe informar que cada instituição disponibiliza de forma particular a localização dos seus Relatórios de Gestão em seus sítios, o que se torna uma tarefa de busca documental não tão simples. Alguns dados foram encontrados em páginas do *google*, outros do MEC e outros não foram localizados.

Na sequência, foram montadas tabelas com os dados coletados por exercício e por instituição, seguindo a fórmula proposta pelo TCU.

4.1 CUSTO CORRENTE / ALUNO EQUIVALENTE

O cálculo do primeiro item dos indicadores se dá por meio da Fórmula 01, considerando em sua composição o custo corrente das IFES, incluindo as despesas correntes dos hospitais universitários e excluindo essa despesa para as que não os tem.

Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente =	<u>Custo Corrente com HU</u> (AGE + APGTI + ARTI)
---	--

Quadro 02 - Fórmula 01: AGE = Aluno Equivalente de Graduação; APGTI = Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Graduação e ARTI = Número de Alunos de Residência Médica.

Fonte: TCU (2016).

Para o cálculo do Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários), o TCU (2016, p. 2) estabeleceu que o mesmo é o resultado da seguinte equação:

Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários) =
 (+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UG, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.3.0.0.0.00.00)
 (-) 65% das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade
 (-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.01.00)
 (-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.03.00)
 (-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.91.00)
 (-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade
 (-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo do órgão Universidade
 (-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade
 (-) Despesa com afastamento País/Exterior – técnico-administrativo do órgão Universidade

Já para o cálculo do Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários), utiliza-se a Fórmula 02:

Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente =	$\frac{\text{Custo Corrente sem HU}}{(\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI})}$
---	--

Quadro 03 - Fórmula 02: AGE = Aluno Equivalente de Graduação; APTGI = Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Graduação e ARTI = Número de Alunos de Residência Médica.

Fonte: TCU (2016).

Segundo o TCU (2016, p. 2-3) o Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários) é o resultado da seguinte equação:

Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários) =

- (+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UG, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.3.0.0.0.00.00)
- (-) 100% das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade
- (-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.01.00)
- (-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.03.00)
- (-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.91.00)
- (-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade
- (-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade

Considera-se ainda no Cálculo do Custo Corrente que o número de servidores e docentes cedidos ou afastados a ser considerado para o cálculo das despesas deve ser aquele apurado no dia 31/12 de cada exercício, subtraindo-se a despesa total no ano com cada servidor ou docente cedido ou afastado, mesmo que o afastamento tenha sido apenas por alguns meses. Dessa forma, na média, serão compensadas as despesas daqueles que ficaram afastados a maior parte do ano, mas estejam trabalhando em 31/12, as quais, pela sistemática adotada, não devem ser subtraídas.

Também o custo corrente deve ser aquele realizado entre 01/01 e 31/12 do exercício, independentemente do ano letivo. Ainda, não devem ser subtraídas as despesas com pessoal cedido que forem reembolsadas pela entidade à qual foi cedido o servidor. Quanto às despesas com afastamentos para servir em outro órgão ou entidade, mandato eletivo, e estudo ou missão no exterior ou no país, não caracterizados como capacitação, devem ser subtraídas. Porém, não devem ser subtraídas despesas de pessoal em licença por motivo de doença em pessoa da família, enquanto houver remuneração, em licença para capacitação, inclusive licenças para

mestrado ou doutorado, ou em licença para tratamento de saúde, licença gestante, adotante ou paternidade e licença por acidente em serviço (TCU, 2016).

Essa possibilidade de considerar ou não os gastos com Hospitais Universitários justifica-se pelo fato de pesquisas como as realizadas por Gaetani e Schwartzman (1991), Morgan (2004) e Reinert (2005) excluírem totalmente estes gastos para fins de mensuração do custo para formação de um aluno, por outro lado Wolyneć (1990) e Camacho (1993) entendem que a parcela despendida com o ensino deve ser considerada. Cabe destacar que o parâmetro utilizado pelo TCU envolve certa subjetividade, pois entende que 35% dos gastos dos hospitais universitários são demandados para o ensino, no entanto Silva et al (2007) constataram que no Hospital Universitário da UNB, em 2003, apenas 13% dos gastos foram para este fim.

Ainda na composição dessa fórmula, esses custos são divididos pelos Alunos Equivalentes, que consiste em um indicador que representa uma aproximação para o número equivalente de estudantes de tempo integral, tendo sido inspirado no modelo inglês, segundo Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011); para esse cálculo são considerados como a somatória dos totais de alunos matriculados na Graduação, Pós Graduação e os de Residência em Tempo Integral. Assim, é considerado como Aluno de Graduação (AG) aquele efetivamente matriculado na graduação, que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que estejam cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final ou a monografia (TCU, 2016).

No cálculo do número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE), é utilizada a Fórmula 03 (TCU, 2016, p.4):

$$A_{GE} = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI \times DPC) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI) / 4) \times DPC \} \times [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}] \text{ ou } A_{GE} = A_{GTI} \times [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$$

Quadro 04 - Fórmula 03: AGE = Aluno Equivalente de Graduação; NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso; DPC = Duração Padrão do Curso; NI = Número de alunos que ingressam, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso; Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com metodologia da SESu.

Fonte: TCU (2016).

Para o TCU o número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI) é calculado pela Fórmula 04 (TCU, 2016, p. 4):

$$AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI \times DPC) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI) / 4) \times DPC \}$$

Quadro 05 - Fórmula 04: NDI: Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso, equivalendo ao número de alunos aptos a colar grau. Esse número é o total (1º e 2º semestres) do ano letivo

correspondente ao exercício. Caso o dado do 2º semestre do ano em questão não esteja disponível, substituir pelo do 2º semestre do ano letivo anterior;

DPC: Duração padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu;

NI: Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso, devendo ser considerados apenas os alunos que ingressaram, pela primeira vez, no curso superior considerado;

Fator de Retenção: Calculado de acordo com metodologia da SESu.

Fonte: TCU (2016).

No cálculo do total de Alunos na Pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (A_{PG}), são considerados os alunos efetivamente matriculados na pós-graduação como aqueles que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que estejam cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente a dissertação ou a tese.

O número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI) é calculado pela Fórmula 05 (TCU, 2016, p. 4):

$APGTI = 2 \times APG$, onde APG: Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

Quadro 06 - Fórmula 05: APGTI (Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral); APG (Alunos na pós-Graduação)

Fonte: TCU (2016).

São considerados alunos de Residência Médica (AR) os alunos efetivamente matriculados na residência médica como aqueles que realizam sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas (TCU, 2016).

O número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI) é calculado pela Fórmula 06 (TCU, 2016, p. 4):

$ARTI = 2 \times AR$ AR: Alunos de residência médica.
--

Quadro 07 - Fórmula 06: ARTI (Alunos de Residência Médica em Tempo Integral); AR (Alunos de Residência Médica)

Fonte: TCU (2016).

Assim, tem-se um indicador do custo por aluno que deverá corresponder a melhores condições de infra-estrutura e serviços disponibilizados ao corpo discente. Em princípio, espera-se que melhor infra-estrutura contribua para melhor desempenho discente. Os dados referentes ao Custo Corrente /Aluno Equivalente com e sem HU referente ao ano de 2016 das IFES do centro-oeste se encontram na Tabela 01, onde se destaca a UNB com o menor custo

com e sem HU. O maior custo com HU ficou sob a responsabilidade da UFGD e sem HU para a UFMS.

Tabela 01 – Custo Corrente / Aluno Equivalente – com e sem HU- 2016 (em R\$ 1.000,00)

INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
<u>Custo Corrente com HU</u> Aluno Equivalente	19,57	16,73	22,82	23,80	15,27
<u>Custo corrente sem HU</u> Aluno Equivalente	18,73	15,27	23,03	21,41	14,81

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Em relação ao ano de 2017, não foi possível localizar o Relatório da UFG, sendo que se repetiram os mesmos achados do ano anterior, onde se destaca a UNB com o menor custo com e sem HU. O maior custo com e sem HU ficou sob a responsabilidade da UFGD, conforme se observa na Tabela 02:

Tabela 02 – Custo Corrente / Aluno Equivalente – com e sem HU- 2017 (em R\$ 1.000,00)

INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
<u>Custo Corrente com HU</u> Aluno Equivalente	22,19	0	22,81	30,96	15,21
<u>Custo corrente sem HU</u> Aluno Equivalente	21,29	0	22,56	28,62	14,74

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

4.2 ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE

O segundo indicador do TCU se dá em relação a aluno em Tempo Integral e professor equivalente.

São considerados no cálculo todos os alunos registrados no ano letivo referente ao exercício em cursos de graduação, ministrados nos turnos diurno e noturno; pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado e residência médica. Deve-se considerar sobre os alunos registrados que os dados semestrais devem ser somados e divididos por dois; não devem ser incluídos alunos ou participantes de atividades de extensão e de especialização; não devem ser considerados alunos de mestrado profissionalizante e não devem ser incluídos alunos de cursos a distância (TCU, 2016).

Para efeito do cálculo do número de alunos equivalentes deverá ser utilizada a Tabela da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério de Educação (MEC) constante no Anexo A, que traz o fator de retenção e duração padrão, o qual consiste numa duração mínima

por curso para fins de conclusão. É considerado retido todo aluno que ultrapassa o tempo de referência para integralização do curso, é considerado retido todo aluno cujo ano de ingresso é inferior ao ano de referência menos a duração padrão mais um. No caso dos fatores de retenção, os cursos foram subdivididos em áreas de custos para tornar possível a diferenciação entre cursos de maiores custos em relação aos demais. Para a determinação desta classificação, um dos fatores predominantes é a utilização de laboratórios que exigem maiores recursos para seu funcionamento. Os pesos dos grupos de cursos estão expostos em anexo na tabela organizada pela SESu, subdivididos em áreas de conhecimento.

Quanto ao cálculo do número de Professores Equivalentes, este é o resultado da seguinte equação (TCU, 2016, p.3):

Número de Professores Equivalentes =
 (+) Professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação, pós-graduação stricto sensu e residência médica), inclusive ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados
 (+) Substitutos e visitantes
 (-) Professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

O TCU (2016) ainda elenca algumas considerações sobre o Cálculo dos Professores Equivalentes, afirmando que deve ser considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem Dedicção Exclusiva – DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação, ou seja, regime de Dedicção de 20 horas/semana, terá peso 0,50; 40 horas/semana, peso 1,00 e Dedicção Exclusiva, peso 1,00. Já os professores que atuam exclusivamente no ensino médio de escolas vinculadas à IFES não devem ser contabilizados como professores, e sim como funcionários.

No que concerne à relação entre o número de alunos e o número de professores há a expectativa de que quanto menor essa relação melhor será a formação do aluno, uma vez que existirão mais docentes assistindo os alunos, portanto espera-se uma relação inversa do indicador com o desempenho discente. Portanto, esse indicador representa proporcionalmente a quantidade de alunos que estão sob a tutela acadêmica de um professor. Esse indicador é o resultado da Fórmula 07, presente no Quadro 08:

$\frac{\text{Aluno Tempo Integral}}{\text{Professor Equivalente}} =$	$\frac{(\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI})}{\text{N}^\circ \text{ de professores equivalentes.}}$
--	--

Quadro 08 - Fórmula 07: AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral; APGTI = Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Graduação e ARTI = Número de Alunos de Residência Médica.

Fonte: TCU (2016).

Os dados encontrados nos relatórios de gestão referente ao exercício de 2016 estão disponíveis na Tabela 03, onde se nota que a universidade que possui um indicador mais confortável é a UFMT, com 10,96 alunos em tempo integral por professor equivalente e a maior relação se dá na UNB.

Tabela 03 – Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente – 2016

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
<u>Aluno Tempo Integral</u> Professor Equivalente	10,96	12,97	12,34	11,09	15,68

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Analisando o mesmo indicador para o ano de 2017, nota-se na Tabela 04 que os resultados permanecem com o menor indicador para a UFMT (10,65) e o maior para a UNB, com 15,48.

Tabela 04 – Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente – 2017

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
<u>Aluno Tempo Integral</u> Professor Equivalente	10,65	-	13,42	12,13	15,48

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

O Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estabelece como meta a relação de alunos por professor alcance a marca de 18. Logo, as IFES nos anos analisados estão na média contemplando esta meta, apesar da UNB ser a mais próxima do limiar estipulado.

4.3 ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE

O cálculo do Aluno Tempo Integral por Funcionário Equivalente com HU é calculado por meio da Fórmula 08. Já o cálculo do Aluno Tempo Integral pelo Funcionário Equivalente sem HU é o resultado da Fórmula 09, conforme Quadro 09:

<u>Aluno Tempo Integral</u> = Funcionário Equivalente com HU	$\frac{(AGTI + APGTI + ARTI)}{\text{Funcionário Equivalente com HU}}$
<u>Aluno Tempo Integral</u> = Funcionário Equivalente sem HU	$\frac{(AGTI + APGTI + ARTI)}{\text{Funcionário Equivalente sem HU}}$

Quadro 09 - Fórmula 08 e 09, respectivamente: AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral; APGTI = Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Graduação e ARTI = Número de Alunos de Residência Médica.

Fonte: TCU (2016).

O TCU (2016) traz algumas considerações acerca do cálculo do número de Funcionários Equivalentes, afirmando que deve ser considerado como referência o servidor de tempo integral (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho. Da mesma forma que o professor equivalente também é atribuído peso conforme o regime de trabalho. Assim o funcionário que tem o Regime de Trabalho de 20 horas/semana, tem peso 0,50; 30 horas/semana, peso 0,75 e 40 horas/semana, peso igual a 1,00.

Semelhante ao primeiro indicador, este pode ser calculado considerando o Hospital Universitário ou não. Esse indicador demonstra a produtividade e a eficiência dos funcionários de uma instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário.

Para a relação entre o número de alunos e o de funcionários entende-se que haverá um melhor rendimento do discente à medida que há mais funcionários prestando assistência aos mesmos e, por conseguinte, a expectativa é de uma relação inversa entre o indicador e o desempenho discente.

A Tabela 05 apresenta os cálculos dos resultados dessa relação referente ao ano de 2016, onde se nota que a UFGD apresenta o menor quantitativo de aluno por funcionários (4,45) e a UNB, o maior, com 8,37 na relação com HU; considerando a mesma relação sem o HU, o ranking permanece o mesmo, alterando apenas os indicadores da UFGD para 7,83 e a UNB para 10,75.

Tabela 05 – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente – 2016

INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
<u>Aluno Tempo Integral</u> Func. Equiv. com HU	7,35	6,95	6,81	4,45	8,37
<u>Aluno Tempo Integral</u> Func. Equiv. sem HU	9,56	8,62	8,79	7,83	10,75

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Porém, ao se analisar os mesmos indicadores para referente ao ano de 2017, nota-se que a UFGD permanece com o menor indicador com HU e a UFMS com o maior, nas situações com e sem HU (Tabela 06).

Tabela 06 – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente – 2017

INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
<u>Aluno Tempo Integral</u> Func. Equivalente com HU	7,17	-	8,21	5,05	7,48
<u>Aluno Tempo Integral</u> Func. Equivalente sem HU	9,15	-	10,76	8,58	10,59

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

4.4 FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE / PROFESSOR EQUIVALENTE

O indicador referente ao Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente é a razão entre o número de funcionários equivalentes pelo número de professor equivalente, encontrados pelas relações de peso já apresentadas. De forma semelhante ao indicador anterior pode-se analisar o funcionário equivalente com ou sem Hospital Universitário.

Na visão de Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), funcionários administrativos e docentes têm a função de apoiar o aluno em sua formação, sendo que o primeiro de forma indireta e o segundo de forma direta, sendo este mais importante neste processo de formação. Um número mais elevado de professores deve ter maior efeito positivo no desempenho discente. Logo, para os autores, é preferível que haja, proporcionalmente, mais professores do que funcionários na instituição. Assim, a relação do número de funcionários pelo número de professores será maior caso o número de docentes supere o de funcionários o que é desejável como impulsionador do desempenho discente.

Para cálculo desse indicador, o TCU recomenda o uso de duas fórmulas distintas. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente, é o resultado da Fórmula 10. Já o cálculo do Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente se dá por meio da Fórmula 11, ambas constantes no Quadro 10:

$\frac{\text{Funcionário Equivalente com HU}}{\text{Professor Equivalente}} =$	$\frac{\text{Funcionário Equivalente com HU}}{\text{Número de professores equivalentes}}$
$\frac{\text{Funcionário Equivalente sem HU}}{\text{Professor Equivalente}} =$	$\frac{\text{Funcionário Equivalente sem HU}}{\text{Número de professores equivalentes}}$

Quadro 10 - Fórmulas 10 e 11, respectivamente.

Fonte: TCU (2016).

A Tabela 07 apresenta os cálculos dos resultados dessa relação referente ao ano de 2016, onde se observa que a UFGD possui o maior quantitativo de funcionário por professor (2,49), e, a UFMT, o menor, com 1,49 na relação com HU; considerando a relação sem HU, o maior índice é o da UFG com 1,51, enquanto que a UFMT permanece com o menor quantitativo de 1,15.

Tabela 07 –Funcionário Equivalente / Professor Equivalente com e sem HU – 2016					
INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
<u>Funcionário Equivalente com HU</u> Professor Equivalente	1,49	1,87	1,81	2,49	1,87
<u>Funcionário Equivalente sem HU</u> Professor Equivalente	1,15	1,51	1,40	1,42	1,46

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Com relação ao ano de 2017, cujos dados se apresentam na Tabela 08, nota-se que a UFGD permanece com o maior indicador na relação com HU, e a UFMT com o menor. Na relação sem HU, apresenta o maior indicador a UNB com 1,46, permanecendo a UFMT com menor (1,16).

Tabela 08 –Funcionário Equivalente / Professor Equivalente com e sem HU – 2017

INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
<u>Funcionário Equivalente com HU</u>					
Professor Equivalente	1,49	-	1,63	2,40	2,07
<u>Funcionário Equivalente sem HU</u>					
Professor Equivalente	1,16	-	1,25	1,41	1,46

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

4.5 GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE)

O GPE representa a relação entre os alunos em tempo integral e o total de matriculados; assim, espera-se que quanto mais alunos em tempo integral melhor será a sua formação.

O GPE expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da universidade e a velocidade de integralização curricular no tempo previsto de duração do curso, ou seja, mede o quanto os alunos estão usufruindo de toda a estrutura que a universidade oferece e o quanto o aluno está se dedicando ao curso em tempo integral.

Para o cálculo desse indicador, o TCU (2016) recomenda a Fórmula 12, presente no Quadro 11:

Grau de Participação Estudantil (GPE) =	$\frac{AGTI}{AG}$
---	-------------------

Quadro 11 - Fórmula 12: AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral e AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação

Fonte: TCU (2016).

Os dados coletados no ano de 2016, presentes na Tabela 09, demonstram que UFG expressa maior grau de participação estudantil dos alunos de graduação em Tempo Integral em relação aos alunos de graduação em 0,83, enquanto que a menor participação é da UFGD com 0,62 no período.

Tabela 09 –Indicador de Grau de Participação Estudantil – 2016

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,81	0,83	0,76	0,62	0,76

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Com relação ao exercício de 2017, os dados da Tabela 10, indicam que a UNB apresenta o maior grau de participação estudantil (0,84), enquanto que a UFGD permanece com o menor grau de participação (0,72).

Tabela 10 – Indicador de Grau de Participação Estudantil – 2017

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,73	-	0,79	0,72	0,84

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

4.6 GRAU DE ENVOLVIMENTO COM PÓS-GRADUAÇÃO (GEPG)

O GEPG demonstra a intensidade do envolvimento discente com a pós-graduação *stricto sensu*, é alcançado por meio da divisão do total de alunos de pós-graduação pela soma do total de alunos de graduação e pós-graduação.

Um número maior de discentes de graduação envolvidos com um nível de formação mais elevado, segundo Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011) deverá ter um efeito positivo na formação destes considerando que tal envolvimento ocasiona mais contato com atividades de pesquisa nas quais o aluno tem a oportunidade de solidificar conhecimentos adquiridos em sala de aula e envolver-se com estudos mais avançados.

Para o TCU (2016), esse indicador é o resultado da Fórmula 13 (Quadro 12):

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG) =	$\frac{APG}{(AG + APG)}$
--	--------------------------

Quadro 12 - Fórmula 13: APG = total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado e AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação
Fonte: TCU (2016).

Analisando os resultados encontrados no ano de 2016, nota-se que a UNB tem maior grau de envolvimento com Pós-Graduação (0,16), e a UFMT e UFMS apresentam os menores, ambas com 0,09, conforme apresentado na (Tabela 11).

Tabela 11 – Grau de Envolvimento com Pós-Graduação – 2016

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,09	0,15	0,09	0,11	0,16

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Em relação ao ano de 2017, esse mesmo indicador, conforme Tabela 12, apresenta que, o ranking permanece igual ao ano anterior, apenas modificando os indicadores da UFMT e UFMS de 0,09 para 0,10.

Tabela 12 – Grau de Envolvimento com Pós-Graduação – 2017

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,10	-	0,10	0,12	0,16

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

4.7 CONCEITO CAPES/MEC PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

O conceito CAPES/MEC indica a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Conceito CAPES/MEC já está consolidado, avaliando itens como a publicação dos docentes e discentes, tempo de permanência nos cursos, estrutura física, etc.; quanto maior o conceito melhor o programa. Segundo o TCU (2016) esse indicador é o resultado da Fórmula 14 (Quadro 13):

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação =	$\frac{\sum \text{conceitos de todos os programas de pós-graduação}}{\text{Número de programas de pós-graduação}}$
---	--

Quadro 13 - Fórmula 14: APG = total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado e AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação

Fonte: TCU (2016).

Para se obter o Conceito CAPES das IFES, deve ser feita a média aritmética dos conceitos CAPES de todos os programas existentes de pós-graduação *stricto sensu* (com mestrado ou com mestrado e doutorado) da instituição que tenham sido objeto de avaliação. Porém, não devem ser considerados os cursos de mestrado profissionalizantes. Ainda, deve ser considerado o conceito da última avaliação realizada pela CAPES, onde os valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o Mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem doutorado, a nota máxima é 7 (TCU, 2016).

Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011) consideram que uma pós-graduação com melhor qualidade provavelmente influenciará positivamente a formação do alunado de graduação, visto que pelo fato de que departamentos com mais atividades de pós-graduação normalmente devem dispor de melhor infra-estrutura para atender ao público da pós-graduação. Esta melhor infra-estrutura, bem como o intercâmbio de conhecimentos mais intenso, natural em programas de pós-graduação *stricto sensu*, podem ter reflexos positivos também na formação

dos graduandos, podendo motivá-los a aprofundar estudos e participar em projetos de pesquisa, o que impulsiona o aprendizado.

Assim, nos dados coletados no ano de 2016, conforme Tabela 13, nota-se que o maior índice de conceito pertence à UNB e o menor à UFMT.

Tabela 13 – Conceito Capes /MEC para a Pós-Graduação – 2016

INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Conceito Capes /MEC para a Pós-Graduação	3,45	3,66	3,50	3,69	4,39

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

No exercício de 2017, o indicador permanece com o mesmo ranking para as universidades em relação ao maior e menor índice (Tabela 14).

Tabela 14 – Conceito Capes /MEC para a Pós-Graduação – 2017

INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Conceito Capes /MEC para a Pós-Graduação	3,50	-	3,65	3,93	4,60

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

4.8 ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DE CORPO DOCENTE (IQCD)

O IQCD mensura a qualidade do corpo docente, variando entre 1 e 5. Os professores são pontuados de acordo com sua titulação. Para qualificar o corpo docente, é aplicada à somatória do número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), sem considerar o regime de trabalho (20 h ou 40 h semanais), os pesos de 5 para Docentes doutores (D), 3 para Docentes mestres (M), 2 para Docentes com especialização (E) e 1 para Docentes graduados (G).

Esse indicador se calcula por meio da Fórmula 15, apresentado no Quadro 14:

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) =	$\frac{(5D + 3M + 2E + G)}{D + M + E + G}$
--	--

Quadro 14 - Fórmula 15: D= Doutores; M = Mestres; E = Especialistas e G = Graduados

Fonte: TCU (2016).

Espera-se que quanto maior for o grau de formação dos professores melhor será a qualidade da atividade docente com efeito positivo na formação dos alunos. Assim, os

resultados encontrados no exercício de 2016, apresentado na Tabela 15, demonstra que a maior qualificação pertence à UFGD e a menor à UFMT.

Tabela 15 – Índice de Qualificação do Corpo Docente – 2016

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,96	4,04	4,28	4,37	4,33

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Em relação ao exercício de 2017, o maior índice passa a ser da UNB e o menor permanece com a UFMT (Tabela 16).

Tabela 16 – Índice de Qualificação do Corpo Docente – 2017

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,13		4,29	4,34	4,39

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

4.9 TAXA DE SUCESSO DE GRADUAÇÃO (TSG)

A TSG é obtida pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na instituição e por um tempo de permanência esperado, fixado pela SESu/MEC para cada curso. Este indicador apresenta de forma inversa o grau de evasão dos alunos que ingressam na IFES.

O TCU (2016) considera a que este indicador é o resultado da Fórmula 16:

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) =	$\frac{\text{Número de diplomados}}{\text{Nº total de alunos ingressantes}}$
--------------------------------------	--

Quadro 15 - Fórmula 16

Fonte: TCU (2016).

Para se calcular o número de diplomados (NDI), deve-se considerar o número de concluintes (que completaram os créditos, mesmo não tendo colado grau) dos cursos no ano letivo correspondente ao exercício, somando-se o número de concluintes nos dois semestres do ano. Porém, se o número de diplomados do 2º semestre do ano de referência do relatório de gestão não estiver disponível, em decorrência de atraso no calendário letivo (por exemplo), devem ser utilizados no cálculo o número de diplomados do 2º semestre do ano anterior ao de referência e o número de diplomados do 1º semestre do ano de referência (TCU, 2016).

Em relação aos alunos dos cursos em extinção, estes devem ser considerados normalmente, enquanto houver turmas regulares concluindo o curso. No entanto, não devem ser considerados os ingressantes de cursos novos, que ainda não tiveram turmas regulares de

concluintes. Já para o cálculo dos ingressantes, deve ser considerado o ano ou semestre do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso (TCU, 2016).

A taxa de sucesso na graduação (IND-9) sinaliza se o aluno está concluindo o curso em tempo regular. Este tende a ser um indicador de mais dedicação à atividade acadêmica que deve ter um efeito positivo no desempenho acadêmico. Deste modo, há uma expectativa de que quanto maior for esse índice melhor será sua formação (BARBOSA; FREIRE; CRISÓSTOMO, 2011).

Os dados desse indicador em relação ao exercício de 2016, encontram-se constantes na Tabela 17, onde se nota que a UNB obteve maior percentual de sucesso na graduação de 49,84%, e a UFMS, o menor percentual com 41,54%.

Tabela 17 – Indicador de Taxa de Sucesso na Graduação – 2016

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	46,85%	47,00%	41,54%	46,00%	49,84%

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Nota-se também que o mesmo indicador no ano de 2017, conforme apresentado na Tabela 18, demonstra que, o maior percentual permanece com a UNB, e o menor passa a ser da UFMT, que obteve uma redução de 5,85%.

Tabela 18 – Indicador de Taxa de Sucesso na Graduação – 2017

INDICADOR	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	41,00%		42,28%	45,00%	48,08%

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Para uma melhor visualização dos indicadores totais, segue a Tabela 19, contendo um resumo dos indicadores de gestão referente ao ano de 2016.

Com os dados apresentados nesta tabela pode se observar que, destaca-se a UNB em relação ao custo corrente, tanto com HU, quanto sem HU, apresentando o menor custo corrente; os resultados apontam também a UNB com o maior percentual de Taxa de Sucesso de Graduação, maior grau de envolvimento discente com Pós-Graduação e melhor índice do conceito CAPES. Os resultados apontam a UFGD, com os menores indicadores no tocante ao comparativo de alunos e funcionários equivalentes (com HU e sem HU) e menor Grau de Participação Estudantil, porém obteve o melhor Índice de Qualificação do Corpo Docente

dentre as universidades analisadas. Em relação ao número de funcionários e professores equivalentes (com HU e sem HU) destaca-se a UFMT, apresentando os menores indicadores.

Tabela 19 – Resumo dos indicadores do TCU – 2016

	INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
1	Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	19,57	16,72	22,82	23,80	15,27
	Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	18,73	15,27	23,04	21,41	14,81
2	Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	10,96	12,97	12,34	11,09	15,68
3	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,35	6,95	6,81	4,45	8,37
	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	9,56	8,62	8,79	7,83	10,75
4	Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,49	1,87	1,81	2,49	1,87
	Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,15	1,51	1,40	1,42	1,46
5	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,81	0,83	0,76	0,62	0,76
6	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,09	0,15	0,09	0,11	0,16
7	Conceito Capes /MEC para a Pós-Graduação	3,45	3,66	3,50	3,69	4,39
8	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,96	4,04	4,28	4,37	4,33
9	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	46,85%	47,00%	41,54%	46,00%	49,84%

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Obs.: Custo corrente em R\$ (milhares)

O mesmo resumo também foi efetuado em relação ao exercício de 2017 (Tabela 19). No segundo ano analisado os resultados apresentados permanecem os mesmos do ano anterior, porém, observa-se que, houve uma melhoria no Índice da Qualificação do Corpo Docente da UNB, o que fez com que obtivesse o maior indicador em 2017.

Tabela 20– Resumo dos indicadores do TCU – 2017

	INDICADORES	UFMT	UFG	UFMS	UFGD	UNB
1	Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	22,19	-	22,80	30,96	15,21
	Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	21,29	-	22,56	28,62	14,74
2	Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	10,65	-	13,42	12,13	15,48
3	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,17	-	8,21	5,05	7,48
	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	9,15	-	10,76	8,58	10,59
4	Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,49	-	1,63	2,40	2,07
	Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,16	-	1,25	1,41	1,46
5	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,73	-	0,79	0,72	0,84
6	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,10	-	0,10	0,12	0,16
7	Conceito Capes /MEC para a Pós-Graduação	3,50	-	3,65	3,93	4,60
8	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,13	-	4,29	4,34	4,39
9	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	41,00%	-	44,28%	45,00%	48,08%

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa.

Obs.: Custo corrente em R\$ (milhares)

Em relação às Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFET) e Instituições Federais de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICT), o TCU determinou, por meio do Acórdão

TCU 2.267/2005 que, a partir do exercício de 2005, informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Esses indicadores são diferentes dos solicitados às IFES, que devem atender ao disposto no Acórdão nº 1043/2006.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo realizar um estudo de auditoria de gestão no desempenho operacional das Universidades Públicas Federais da Região Centro-Oeste, buscando identificar os indicadores de Graduação e Pós-Graduação, mediante a metodologia do TCU, nos períodos de 2016 e 2017. Para tal, utilizou-se a amostra das 5 (cinco) Universidades Federais que compõe a região Centro-Oeste (UFMT, UFG, UFMS, UFGD e UNB).

A auditoria de gestão auxilia as instituições em uma análise mais aprofundada de suas operações, podendo servir como ferramenta de controle do Estado para o melhoramento na aplicação dos recursos públicos, contribuindo assim para uma gestão mais eficiente e eficaz. É através da auditoria de gestão que se busca encontrar quais indicadores podem ser utilizados nas instituições.

No que concerne às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU), juntamente com a Secretaria Federal de Controle Interno e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), elaboraram um conjunto de indicadores de gestão que, na atualidade, são instrumentos que servem de suporte à avaliação institucional.

Dentre os resultados encontrados se destaca a Universidade Federal de Brasília (UNB) com os melhores indicadores em relação ao custo corrente, apresentando o menor custo corrente (com HU e sem HU), o maior percentual de Taxa de Sucesso de Graduação, o maior grau de envolvimento discente com Pós-Graduação e melhor índice do conceito CAPES em ambos os períodos. No indicador de Taxa de Sucesso de Graduação a UFG e a UFGD apresentaram percentuais próximos da primeira colocada, a UFG ficando em segundo lugar em 2016 e a UFGD com o segundo melhor em 2017.

Destaca-se também a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com o maior custo corrente (com HU e sem HU) em ambos os períodos analisados, o aumento do custo corrente pode ter ocorrido devido ao fato da ampliação dos recursos financeiros disponibilizados em 2017, verificou-se não só o aumento de 13,82% desse indicador em relação ao ano anterior, bem como a universidade ter registrado o maior número de alunos equivalentes desde 2006. A UFGD ainda apresentou o menor grau de Participação Estudantil, porém, com maior Índice de Qualificação do Corpo Docente em 2016 e o segundo maior em 2017, o que indica que a universidade apresenta um quadro de corpo docente na sua maioria com doutorado, pois o número máximo deste indicador chega a cinco (em uma IES onde todos

os docentes são doutores) e seguindo o critério estabelecido pelo TCU, a UFGD chega bem próximo em ambos os períodos.

Em relação ao indicador que mede o número de funcionários e professores equivalentes, destaca-se a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), apresentando os menores indicadores (com e sem HU), resultado que pode ter a ver com a pouca alteração do quadro de pessoal da instituição.

A dificuldade em estabelecer métricas adequadas de avaliação talvez tenha atrasado a implantação efetiva dos processos de avaliação nas universidades.

Apesar de possíveis imperfeições existentes nas diversas métricas utilizadas para o cálculo de indicadores de gestão do TCU, o uso destes se unifica com o pensamento da administração gerencial, que têm como objetivo ser um instrumento a mais para dar suporte ao processo de avaliação institucional das IFES.

Como limitações do estudo, se destaca o fato de não ter sido encontrado o Relatório de Gestão da Universidade Federal de Goiás (UFG), referente ao exercício de 2017, o que não permitiu a análise completa da universidade nos períodos propostos na pesquisa. Vale ressaltar também que o presente estudo se limitou apenas ao estudo das Universidades Federais que compõe a região Centro-Oeste brasileira. Quanto aos indicadores, ressalta-se que foi considerado neste estudo o conjunto atual de indicadores do TCU, que pode não ser completo e imune a imperfeições.

Recomenda-se para trabalhos futuros que sejam desenvolvidos outros estudos em Universidades Federais das demais regiões do país ou em Universidades do âmbito Estadual utilizando os mesmos indicadores ou utilizando outros tipos de indicadores. Outra sugestão de estudos futuros seria relativa ao comprometimento das universidades públicas no que tange os esclarecimentos das informações institucionais de forma mais acessível em seus portais. Uma terceira sugestão poderia ser ainda a comparação dos custos dos cursos de ciências contábeis em relação ao custo corrente ou taxa de sucesso de graduação nas IFES públicas do país.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações, 6ª edição. Atlas, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478606/cfi/3!/4/4@0.00:56.2>> Acesso em: 27 mai. 2018.

AZEVEDO, Luiz Alberto de. **Benchmarking para instituições de educação tecnológica: ferramenta para a competitividade**. 179p. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) UFSC. Florianópolis- SC.

BARBOSA, Glauber de Castro; FREIRE, Fátima de Souza; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. **Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP**, v. 16, n. 2, p. 317-344, jul. 2011.

BATISTA, Daniel Gehard. Manual de Controle e Auditoria: Com ênfase na gestão de Recursos Públicos. 1ª edição. Saraiva, 09/2007. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502135048/cfi/66!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 16 jun. 2018.

BIAZZI, Monica Rottmann de. **Instituições públicas de ensino superior: estudo de casos de aperfeiçoamento de processos administrativos**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/.../DissertacaoMonicaRottmanndeBiazzi.pdf> Acesso em : 5 jun. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Técnicas de Auditoria: Benchmarking - Brasília: TCU, Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2000. 26 p. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/tecnica-de-auditoria-benchmarking.htm>> Acesso em: 26 mai. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Manual de auditoria operacional / Tribunal de Contas da União. – 3 ed. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 2010. 71 p. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov/controle-externo/normas-e-orientacoes/normas-tcu/auditoria-operacional.htm>> Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Técnicas de Indicadores de desempenho para auditorias/ tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 2011. 37 p. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A158FE98EE0158FED65C6D4BFF>> Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em: 24 jun. 2018.

CAMACHO, Nelson Antônio Pereira. **O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação da Unicamp**. São Paulo: Unicamp, 1993.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Auditoria Contábil - Teoria e Prática, 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681/cfi/6/24!/4/16@0:18.8>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: Teoria e Prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ, Flavio da. **Auditoria Governamental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CARVALHO, C. S.; NOGUEIRA, M. A. F. S. Custo médio dos alunos equivalentes das instituições federais de ensino superior no Brasil no período de 2007 a 2010. *In: Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Custos-CBC*. 2011.

GAETANI, Francisco; SCHWARTZMAN, Jacques. **Indicadores de produtividade nas universidades federais**. São Paulo: NUPES, 1991.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 12 mai. 2018.

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Caderno de estudos**, n. 21, p. 01-18, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n21/n21a02.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2018.

HOFFMANN, Celina et al. O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 3, p. 651-666, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n3/aop1491.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2018.

KLANN, Roberto Carlos et al. Avaliação de desempenho das instituições de ensino superior pertencentes a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). **Contabilidade, gestão e governança**, v. 15, n. 3, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Diana de, CASTRO, Róbison de. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial: com exercícios, questões e testes com respostas, destinados a concursos públicos, 2ª edição. Atlas, 06/2009. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/>> Acesso em : 27 mai. 2018.

MACHADO, Sandrina; SERRA, Sara; GOMES, Patrícia. Auditoria interna nas instituições públicas de ensino superior: Estudo empírico no contexto português. **Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal**, v. 29, n. unknown, p. 31-48, 2017. Disponível em: <<http://www.dosalgarves.com/rev/N29/3rev29.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa; ALMEIDA, José Joaquim Marques de. Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 35, p. 84-95, 2004.

MORGAN, Beatriz Fátima. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília**. 2004. 161 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PETER, Maria da Arrais, MACHADO, Marcus Veras. Manual de Auditoria Governamental, 2ª edição. Atlas, 09/2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/>> Acesso em 26 mai. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cezar de. Metodologia do Trabalho Científico (recurso eletrônico): **Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REINERT, Clio. **Metodologias para apresentação de custos nas IFES Brasileiras**. 2005. 91 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ROSÁRIO, Everton Dias do et al. **Relação entre auditores independentes e auditados: um estudo de caso em uma entidade fechada de previdência complementar**. 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294063.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de auditoria**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHWARTZMAN, Jacques et al. **Um sistema de indicadores para as universidades brasileiras**. NUPES, 1994. Disponível em: < <https://archive.org/details/dt9405>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

SESU/MEC. **Tabela Para Cálculo dos Indicadores de Desempenho das IFES, conforme Solicitação do TCU**. [s.d.] Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/tabelaTCU.pdf>> Acesso em 15 dez. 2018.

TCU. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Orientações para elaboração do item de informação “Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União”**. 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU); SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESu/MEC); SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO (SFC). **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão**. Decisão nº 408/2002-Plenário e acórdãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006 – Plenário. Tribunal de contas da união. Versão revisada em janeiro de 2009.

WOLYNEC, Elisa. **O uso de indicadores de desempenho para a avaliação institucional**. São Paulo: NUPES, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**/Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi- 2 ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANIN, Antônio. **Definição de Painel de Indicadores de Desempenho para Instituições Comunitárias de Ensino Superior**. 147 p. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) UFRGS. Porto Alegre.

ANEXO A –

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tabela Para Cálculo dos Indicadores de Desempenho das IFES, Conforme Solicitação do TCU
(fator de retenção e duração média padrão das áreas de conhecimento)

Area	Descrição da Area	Fator de Retenção	Duração Média	Grupo	Peso do Grupo
A	Artes	0,1150	4	A3	1,5
CA	Ciências Agrárias	0,0500	5	A2	2,0
CB	Ciências Biológicas	0,1250	4	A2	2,0
CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4	A2	2,0
CH	Ciências Humanas	0,1000	4	A4	1,0
CH1	Psicologia	0,1000	5	A4	1,0
CS1	Medicina	0,0650	6	A1	4,5
CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5	A1	4,5
CS3	Nutricao, Farmácia	0,0660	5	A2	2,0
CS4	Enfermagem, Fiso, Fono, Ed Física	0,0660	5	A3	1,5
CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4	A4	1,0
CSB	Direito	0,1200	5	A4	1,0
ENG	Engenharias	0,0820	5	A2	2,0
LL	Linguística e Letras	0,1150	4	A4	1,0
M	Música	0,1150	4	A3	1,5
TEC	Tecnologos	0,0820	3	A2	2,0
CE1	Ciências Exatas - Mat, Comp, Est	0,1325	4	A3	1,5
CSC	Arquitetura/Urbanismo	0,1200	4	A3	1,5
CH2	Formação de Professor	0,1000	4	A4	1,0

Fonte: Sesu/MEC [s.d.]